

RECENSÃO

REVIEW

ARAÚJO, Nabil. *Além do paradigma* (Sobre o legado de Thomas Kuhn). Rio de Janeiro: Eduerj, 2023.

Matheus Barbosa Morais de Brito¹

Introdução

A perspectivar a obra de Thomas Kuhn convida-nos Nabil Araújo, professor de Teoria da Literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com seu recente *Além do paradigma: (Sobre o legado de Thomas Kuhn)* (2023). Apesar de talvez, pelo menos no âmbito das humanidades, ser mais referida *en passant* do que propriamente discutida, é curioso que *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn tenha alçado um especial lugar justamente num campo de saber que estaria, no contexto em que o autor descreve as ciências humanas, ou à luz dos critérios com que o faz, num estágio “pré-paradigmático”. Quem conhece e talvez mais ainda quem leciona a história dessas disciplinas, em qualquer de seus diversos subconjuntos, não deixa de reparar duas coisas: primeiro, que não foram poucas as intenções de reforma geral de seus propósitos e instrumentos cognitivos; segundo, e isso atina à prática, que as propaladas “mudanças de paradigma” são uma experiência vertiginosa para os estudantes. Seria interessante pensar este efeito como parte de um duplo processo: por um lado, a democratização do ensino superior, que não consistiu num conformista ingresso de grupos sociais historicamente excluídos do debate das ideias capitaneado pela universidade ao longo de sua história, mas, sobretudo, abriu a própria universidade para reivindicações democráticas; por outro, a necessidade de legitimação que as humanidades entretêm no contexto da hipertrofia do discurso técnico, uma necessidade que encadeia os metadiscursos sobre o saber que hoje chamamos, genericamente, “teoria”. Essa é uma mirada, um “além”, que se pode acompanhar no livro de Nabil Araújo.

Na primeira seção, “Legado: Perturbação”, o autor inicia uma rápida recordação da obra de Kuhn e de alguns de seus principais comentários. Embora vejamos delinearem-se aí noções como “ciência normal”, “comunidade científica”, “crise” e “revolução científica”, o texto não foi concebido como propedêutica, como introdução às questões da obra de Thomas Kuhn. Central é a controvérsia a respeito da expressão “paradigma”, que, como se sabe, sofreu um processo de alargamento

¹ Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CULT-ILE/UERJ). Doutor em Teoria da Literatura (Universidade de Coimbra). E-mail: matheusb.debrito@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3889-3345>

semântico. Como lembra-nos Araújo (2023, p.11), “Masterman (1970) identificou 21 acepções distintas do termo *paradigm* em *Structure*”, o que desencadearia a resposta de Kuhn relativamente à questão como atinente a “incongruências estilísticas” (KUHN, 2013, p.192). Queixava-se Kuhn, em seu posfácio de 1969, da passagem de uma noção de paradigma como “exemplo” para a noção de paradigma como “matriz disciplinar”, bem como de outras implicações. Assim, a pergunta de que parte Araújo é: “Pode-se escolher o legado de um autor?”. Com efeito, a noção de “paradigma” passou pelo desenraizamento característico de tantos conceitos nas Humanidades, e esse desenraizamento, conjugado à já mencionada ampliação do corpo discente e docente, permitiu a projeção de reivindicações diversas no conceito. Travando diálogo com Ian Hacking, Clifford Geertz e Giorgio Agamben, entre outros, Araújo frisa essa infusão da dimensão social e a força de contradição que o conceito apresenta: discutir, problematizar o “paradigma” – originalmente uma ferramenta para pensar o progresso das ciências – leva a uma espécie de interdito sobre a instância normativa do saber, ao que podemos chamar, embora o autor não empregue a palavra, de “desautorização”. A meu ver, é sobre esse estado de coisas que incide a proposta do último capítulo: “Responsabilidade compartilhada, ou sobre merecer herdar”.

A partir de uma leitura cerrada de passagens de Kuhn e de comentários à sua obra, Araújo insiste no problema da validação, do fundamento da *decisão* – como diz – de reputar um paradigma como válido em detrimentos de outros. Essa é a abertura para a infusão de conteúdos sociais e políticos nas ciências. É na tentativa de resolver essa problemática que Kuhn produz uma forte autorreflexão sobre sua própria escrita e sobre o comportamento do leitor. Como Araújo (2023, p.24) discute, Kuhn ver-se-ia enredado na problemática hermenêutica da cooperação entre autor e leitor, inclusive o “autoleitor”:

O drama de Kuhn, em suma, não foi o de ver atribuído a si um livro que jamais escreveu (uma suposta versão homônima da *Structure* “original” escrita por um suposto autor homônimo), mas o de se reconhecer em larga medida responsável por um livro que, talvez realmente jamais tenha tido a intenção de escrever, e que, no entanto, *escreveu*.

É aí que, da parte do leitor, Araújo (2023, p.27), desenvolvendo uma linha derridiana, insiste numa certa

ética da leitura, em que ao reconhecimento do que poderia ou deveria ter sido escrito (mas também do que poderia ou deveria *não* ter sido escrito), se associaria o reconhecimento daquilo que poderia ou deveria ser lido (mas também do que poderia ou deveria *não* ser lido).

A segunda seção do livro especifica um dos sentidos prometidos no “além” do título, desdobrando também um dos compromissos assumidos, parte do “legado” ou modo de “herança”. Trata-se de profunda discussão à volta de *Os Universos da Crítica* (1982), do português Eduardo Prado Coelho, obra que *grosso modo* consistiu na tentativa de incorporação do conceito de paradigma na crítica e teoria da literatura. Até onde conheço, o de Nabil Araújo é o único trabalho que toma como

centro essa obra, que passou sem lustre aquando de sua publicação e mal é hoje lembrada. Vale notar, aqui, que esta empresa reflete um longo percurso acadêmico em que Araújo (2019, 2020) discutiu a história e a historiografia da crítica literária.

Assim, os três capítulos de “Paradigmas nos estudos literários?” parecem também discutir um outro tema pós-kuhniano, uma herança mais problemática. No caso, não se trata simplesmente do uso de um conceito – no caso, a aplicação de “paradigma” ao campo da crítica literária –, em vez disso, como o autor diz (2023, p.30),

[...] não assume jamais a feição tranquila e tranquilizadora de uma revisão bibliográfica totalizante a desembocar em alguma espécie de síntese conscienciosa e equilibrada entre pontos de vista conflitantes. Antes, gera o efeito de um vórtice (bio)bibliográfico em que já não se distingue facilmente o que é leitura e o que é escrita.

Mais tarde (2023, p.32), essa relação ambígua e tensa se revelará como atinente a um conceito “por ser elaborado”, “arrancado” de Kuhn, tão “contra” quanto necessariamente “com” ele. Seguindo o capítulo em que decompõe o texto de Coelho, precisando sua incorporação de Kuhn à teoria da literatura, em verdade consistindo no texto um trabalho “metateórico”, encontramos, nessa mesma pegada, uma reflexão final sobre “Teoria, historiografia, teleologia”. Araújo não oferece vereditos sobre o trabalho, mas procura evidenciar suas linhas de força. Novamente, nesse trabalho se reinscreve o tema ético *pari passu* com o problema da legitimidade da crítica.

A seção final do livro, “Que papel para qual história?”, consiste numa sequência de considerações sobre a relação entre a historiografia e a filosofia – uma reflexão, como dissemos, que o autor vem desenvolvendo há muito no âmbito da crítica literária. Uma olhada rápida pelos capítulos pode ilustrar bem a força do que se quer. Convocando, entre outros, Imre Lakatos e Hayden White, e pormenorizando considerações de Kuhn, Araújo discute a espinhosa questão de um “padrão de desenvolvimento científico derivado de uma concepção filosófica *a priori* de ciência e cientificidade” (2023, p.60). Aproximam-se os três pelos modos específicos como reconhecem, na questão colocada, o problema da *textualização* na produção e transmissão de saber, que desautoriza o apriorismo teórico. No último capítulo, “Historiografia como ‘suspensão da crença’: não mais/ainda não”, mirando a constituição do campo dos “*science studies*”, somos levados a refletir sobre como a normalização das ciências oculta não apenas as fissuras características da história das ciências, mas sobretudo a decisão radical por um modelo de ciência que imprima coerência ao conjunto de práticas e discursos científicos.

Com efeito, a solução para pensar teoria hoje em humanidades consiste em revisitar o modelo científico desde uma perspectiva pós-kuhniana, percebendo na obra de Kuhn o nó existente entre saber e ética, ou, a melhor dizer, refletindo de modo consequente sobre a institucionalidade do conhecimento. Escrita com a perícia de quem se dedicou fundamentalmente a empreitadas teóricas nas humanidades, a obra de Araújo propõe-no de modo persuasivo e esclarecedor, constituindo importante contribuição à discussão sobre a obra de Kuhn no contexto das efemérides de seu nascimento e da publicação de *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

Referências

ARAÚJO, Nabil. *Além do paradigma* (Sobre o legado de Thomas Kuhn). Rio de Janeiro: Eduerj, 2023.

ARAÚJO, Nabil. *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica*. Londrina: Eduel, 2019.

ARAÚJO, Nabil. *Teoria da Literatura e História da Crítica: Momentos Decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Recebido em: 08/2023
Aprovado em: 10/2023